



Fatores que Influenciam a Divulgação da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Autoria

Amanda de Carvalho Taroco Tavares - amandataroco@gmail.com

Centro de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade - CEPCON/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Josiane Aparecida Alves de Freitas - josianeaf@gmail.com

Centro de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade - CEPCON/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Laura Edith Taboada Pinheiro - Itaboada@face.ufmg.br

Centro de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade - CEPCON/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

José Roberto de Souza Francisco - jroberto@face.ufmg.br

Centro de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade - CEPCON/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

A divulgação das informações contábeis é um compromisso intrínseco com seus usuários. Uma característica imprescindível do ativo é a sua capacidade de gerar benefícios futuros para quem os controla. Em caso de perda parcial ou total da capacidade de um ativo em proporcionar benefícios econômicos, significa que ele sofreu impairment, essa redução deverá ser reconhecida pela entidade no resultado do exercício. O principal objetivo é verificar a existência de fatores explicativos na probabilidade de divulgação da redução ao valor recuperável de ativos das empresas que compõem o Índice IBrX 100 da B3 (BM&FBOVESPA). Para a consecução do objetivo, foram analisadas as demonstrações financeiras contábeis padronizadas das organizações nos anos de 2014, 2015 e 2016, foi estimado um modelo de regressão logística (Logit) com 7 variáveis independentes. Utilizando um nível de significância de 5%, as variáveis tamanho e setor elétrico apresentaram relação positiva com a probabilidade de divulgação de perda por impairment, o que vai ao encontro dos resultados obtidos em pesquisas anteriores. Já a variável índice de endividamento influencia negativamente a probabilidade de divulgação de perda de valor de ativos, esse resultado é contrário ao encontrado em outros estudos.



Fatores que Influenciam a Divulgação da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Resumo:

A divulgação das informações contábeis é um compromisso intrínseco com seus usuários. Uma característica imprescindível do ativo é a sua capacidade de gerar benefícios futuros para quem os controla. Em caso de perda parcial ou total da capacidade de um ativo em proporcionar benefícios econômicos, significa que ele sofreu *impairment*, essa redução deverá ser reconhecida pela entidade no resultado do exercício. O principal objetivo é verificar a existência de fatores explicativos na probabilidade de divulgação da redução ao valor recuperável de ativos das empresas que compõem o Índice IBrX 100 da B3 (BM&FBOVESPA). Para a consecução do objetivo, foram analisadas as demonstrações financeiras contábeis padronizadas das organizações nos anos de 2014, 2015 e 2016, foi estimado um modelo de regressão logística (Logit) com 7 variáveis independentes. Utilizando um nível de significância de 5%, as variáveis tamanho e setor elétrico apresentaram relação positiva com a probabilidade de divulgação de perda por *impairment*, o que vai ao encontro dos resultados obtidos em pesquisas anteriores. Já a variável índice de endividamento influencia negativamente a probabilidade de divulgação de perda de valor de ativos, esse resultado é contrário ao encontrado em outros estudos.

Palavras-chave: Recuperabilidade; Evidenciação; Informação Contábil.

1 INTRODUÇÃO

A divulgação das informações contábeis é um tema amplamente discutido, dois renomados autores Dye e Verrecchia, entre o ano de 2000 e 2001, realizaram a pedido do periódico *Journal Accounting and Economics* discussões acerca do assunto *disclosure* que resultaram em artigos científicos. Esses artigos se transformaram em marcos históricos e impulsionaram as pesquisas relacionadas à evidenciação e ao mercado de capitais na busca de um corpo teórico, teoria da evidenciação, suficiente para explicar o fenômeno (Dye, 2001; Verrecchia, 2001). Iudícibus (1997) traz o conceito de que a divulgação contábil é como um compromisso intrínseco com seus usuários e seus próprios objetivos, e diz respeito à apresentação organizada de informações quantitativas e qualitativas, que proporcionam um fornecimento adequado de informações aos usuários.

No cenário internacional, as principais normas que disciplinam a divulgação são a *International Accounting Standards (IAS) – Impairment of Assets*, do *International Accounting Standards Board (IASB)* de 1998; e a *Statements of Financial Accounting Standards (SFAS)– Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets*, do *Financial Accounting Standards Board (FASB)* de 2001.

A adoção, no Brasil, foi estabelecida no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), revisado em 2010, no qual se verifica direta correlação com a IAS. Com o advento da Lei nº 11.638 (Brasil, 2007), da Lei nº 11.941 (Brasil, 2009) e das normativas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a normatização da contabilidade brasileira buscou o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Na direção da harmonização pretendida, dentre outras práticas inseridas nos procedimentos contábeis domésticos, está a consideração do *impairment test* ou o teste de recuperabilidade dos ativos.

Uma das características essenciais dos ativos é a sua capacidade de gerar benefícios futuros para a entidade que os controla. Caso algum ativo perca parcial ou totalmente sua capacidade de proporcionar benefícios futuros, isso significa que ele sofreu *impairment*, e essa redução deverá ser reconhecida pela entidade no resultado do exercício. Ressalta-se que, caso o bem possua saldo de reserva de reavaliação, a perda deverá ser deduzida do valor da referida reserva até seu limite, e a parcela que exceder a reserva de reavaliação deve ser lançada no resultado (Souza, Borba & Alberton, L., 2009).

Sendo assim, o objetivo do teste de recuperabilidade dos ativos é “estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação” (CPC 01, 2010). Magalhães, Santos e Costa (2010) argumentam que a adoção da IAS 36 compõe a estratégia do IASB para uma migração da contabilidade baseada no custo histórico para uma base em benefícios econômicos futuros prováveis (ativos), ou nos valores de sacrifícios econômicos futuros prováveis (passivos).

Diante do contexto apresentado, este estudo pretende responder a questão central: **Quais fatores influenciam na probabilidade da divulgação das informações relativas à redução do valor recuperável de ativos (*impairment test*)?** O objetivo geral da investigação é verificar quais fatores influenciam na probabilidade de divulgação das informações relativas à redução do valor recuperável de ativos (*impairment test*).

A pesquisa contribui com a análise dos fatores que influenciam na probabilidade de divulgação das informações relativas à redução do valor recuperável de ativos o que a diferencia dos demais estudos nacionais que utilizam da regressão múltipla para encontrar o índice de evidenciação das empresas. Os resultados auxiliam no entendimento das práticas adotadas por

essas empresas, uma vez que a prática de redução do valor recuperável de ativos garante que esses não sejam reconhecidos acima de seus valores recuperáveis. Contudo, a divulgação se mostra importante, uma vez que disponibiliza informações fundamentais para a avaliação da empresa nos processos de tomada de decisões dos investidores e *stakeholders* externos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Evidenciação Contábil

Dois renomados autores Dye e Verrecchia, entre o ano de 2000 e 2001, realizaram a pedido do periódico *Journal Accounting and Economics* discussões acerca do assunto *disclosure* que resultaram em artigos científicos. Esses artigos se transformaram em marcos históricos e impulsionaram as pesquisas relacionadas à evidenciação e ao mercado de capitais na busca de um corpo teórico suficiente para explicar o fenômeno (Dye, 2001; Verrecchia, 2001).

De acordo com Iudícibus (1997) a divulgação contábil é como um compromisso intrínseco com seus usuários e seus próprios objetivos, e diz respeito à apresentação organizada de informações quantitativas e qualitativas, que proporcionam um fornecimento adequado de informações aos usuários.

Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam que a palavra divulgação significa em seu sentido mais amplo veiculação da informação. Gibbins, Richardson e Waterhouse (1990) definem, de forma mais específica, que *disclosure* financeiro é qualquer comunicação deliberada, podendo ser financeira, numérica ou qualitativa, que é requerida ou voluntária, por meio de canais formais ou informais.

Outro ponto de vista da divulgação é que por meio dela a empresa se torna transparente. A transparência corporativa é a ampla disponibilidade de informações que são específicas da empresa para partes interessadas que estão externas a essa. (Bushman, Piotroski & Smith, 2003). Os autores Hendriksen e Van Breda (1999) restringem o foco da transparência ao mencionar que o objetivo da divulgação financeira é “fornecer informações para a tomada de decisão” e, ainda, acrescentam que a divulgação deve ser apropriada de dados financeiros e outras para que o objetivo seja atingido.

A divulgação de informações pode ser classificada de duas maneiras: voluntária e compulsória. Roonen e Yaari (2002) definem a segunda classificação, compulsória, como aquela que acontece em função de determinações legais, ou regulamentares. Os autores mencionam, também, que quando as informações obrigatórias não são divulgadas há o direito das partes interessadas entrarem com ações judiciais para exigir a publicação dessas. Além disso, se a informação obrigatória não for divulgada as partes interessadas podem processar os administradores por omissão de informações ou apresentação enganosa.

A evidenciação é a divulgação com clareza, que permite a compreensão imediata daquilo que pretende ser comunicado (Aquino & Santana, 1992). “O *disclosure* está ligado aos objetivos da Contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários” (Iudícibus, 2010, p. 110).

Lopes e Martins (2005) acrescentam que as demonstrações são complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. Os mesmos autores afirmam que a publicação de demonstrações auditadas é exemplo inequívoco de que a informação contábil funciona como redutora da assimetria informacional entre *insiders* e *outsiders*.

Iudícibus (2010) salienta que ocultar informações ou, ainda, fornecê-las de forma muito resumida é prejudicial tanto quanto fornecer informação em excesso. As exigências de divulgação em relação à evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos se encontram nos itens 126 a 136 do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.2 Recuperabilidade de Ativos

A discussão sobre o conceito de ativo é importante para o arcabouço teórico da contabilidade. Iudícibus (2010) afirmou que o estudo sobre o ativo pode ser considerado como fundamental para a contabilidade, pois à sua avaliação e definição está ligada a mensuração das despesas e receitas. Considerando a visão normativista do CPC 00 (R1) (2011), que trata sobre a estrutura conceitual básica, o ativo pode ser definido como itens que são controlados pela entidade, derivados de eventos passados, e que tem a capacidade de gerar prováveis benefícios econômicos futuros. Na literatura, alguns autores discutem sobre o conceito de ativo. Most (1977) afirmou que o ativo é a representação de benefícios econômicos para uma empresa. Hendriksen e Van Breda (1999) explicam que os ativos se referem aos potenciais de fluxos de serviço ou direito a benefícios futuros, controlados por uma organização. Para esses autores, a necessidade de um evento passado é uma questão muito vaga e de difícil caracterização, sendo que há um forte argumento para se incluir alguma estimativa de valor de recursos, sem que haja transação efetiva.

Uma característica imprescindível do ativo é a sua capacidade de gerar benefícios futuros para quem os controla. Esses benefícios econômicos futuros podem ser entendidos como possíveis entradas ou economias de caixa (Stickney & Weil, 2001). Em caso de perda parcial ou total da capacidade de um ativo em proporcionar benefícios econômicos, significa que ele sofreu *impairment*, e essa redução deverá ser reconhecida pela entidade no resultado do exercício (Ono, Rodrigues, & Niyama, 2011). Destaca-se que, caso o bem possua saldo de reserva de reavaliação, a perda deverá ser deduzida do valor da referida reserva até seu limite, e a parcela que exceder a reserva de reavaliação deve ser contabilizada no resultado (Souza, Borba & Alberton, 2009).

Raupp e Beuren (2006), argumentam que o *impairment* representa um dano econômico de perda nos benefícios futuros esperados do ativo. E para identifica-lo, a empresa deve aplicar o teste de recuperabilidade do custo, também conhecido como *impairment test*. O objetivo do teste de *impairment* é verificar a capacidade de geração de benefícios de um ativo, ou grupos de ativos, com a finalidade de adequá-lo ao seu valor provável de recuperação (Souza, Borba & Alberton, 2009). Sendo assim, essa perda pode ser reconhecida quando o valor justo ou de um ativo for superior ao seu valor contábil. O CPC 01 recomenda que o montante de perda identificado deve ser reconhecido e registrado em conta de resultado.

De acordo com o CPC 01 (2010), o valor de uso é obtido pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros previstos com a utilização de um ativo ou uma unidade geradora de caixa, a unidade geradora de caixa, por sua vez, é definida como o menor grupo de ativos que geram, conjuntamente, benefícios econômicos futuros para a entidade. Dessa forma, em uma unidade geradora de caixa, não é possível determinar o valor recuperável individual dos ativos que compõem a unidade, isso ocorre pela impossibilidade de mensurar, de maneira relevante, seus benefícios individualmente, e os ativos geram entradas de caixa, em grande parte, dependentes daquelas provenientes de outros ativos. Já o significado de valor justo pode ser considerado como o valor obtido em uma transação de venda com preço firmado entre as partes conhecedoras e interessadas pela transação, sendo que, para o *impairment*, devem ser deduzidas desse valor as despesas adicionais relacionadas à venda.

A Figura 1 apresenta um comparativo do tratamento dado aos aspectos vinculados ao teste de recuperabilidade pelo FASB, IASB e CPC.

Figura 1: Tratamentos ao *impairment test*

Norma	Reconhecimento de <i>impairment</i>	Métodos de determinação do valor justo/recuperável	Periodicidade do teste
SFAS 144 FASB	Quando o valor contábil exceder o valor justo.	Valor de mercado do ativo Valor de ativos similares Fluxo de caixa	Quando eventos ou mudanças indicarem a não recuperação do valor contábil.
IAS 36 IASB	Quando o valor contábil exceder o valor recuperável	Valor líquido de venda Valor de mercado do ativo Valor de ativos similares Estimativa da administração Fluxo de caixa	Anualmente
CPC 01	Quando o valor contábil exceder o valor recuperável	Valor líquido de venda Valor de mercado do ativo Valor de ativos similares Estimativa da administração Fluxo de caixa	Anualmente, havendo indícios de desvalorização. No mínimo anualmente, para intangíveis de vida útil indefinida e o <i>goodwill</i>

Fonte: elaborado pelos autores conforme SFAS 144; IAS 36; CPC 01 (R1).

O IAS 36 determinou que os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou não disponível para uso e o ágio adquirido em combinações de negócios devem ser testados anualmente com relação à sua recuperabilidade; todavia, não normatiza a periodicidade com a qual os demais ativos sujeitos ao teste de recuperabilidade devem ser testados, sendo que o teste é exigido quando houver evidências de prováveis perdas.

Além disso, a empresa deve aplicar o teste de *impairment* nos casos de indicação, internas ou externas, de ativos com problemas de recuperabilidade. As indicações podem ser decorrentes das alterações significativas que impactam negativamente a entidade, do aumento de taxas de juros de mercado, do valor contábil de ativos líquidos superiores aos valores de capitalização de mercado, da queda significativa do valor de mercado de um ativo, obsolescência ou dano físico e de ativo com evidência de performance econômica inferior ao esperado.

Os eventos e a circunstâncias que ocasionaram o reconhecimento ou a reversão de perda por desvalorização de ativos, o montante, as classes de ativos, as premissas e as bases utilizadas, ou, se for o caso, a indicação de que não ocorreram evidências de redução de valor devem integrar o conjunto de informações qualitativas e quantitativas que a organização precisa incluir na evidenciação contábil de cada período.

2.3 Estudos Anteriores

Existem pesquisas internacionais que investigaram a adoção do teste de recuperabilidade dos ativos, podem ser citadas as de Reinstein e Lander (2004), Seetharaman, Sreenivasan, Sudha e Yee (2006), Comiskey e Mulford (2010) e Carlin e Finch (2011).

Reinstein e Lander (2004) entrevistaram os contadores com o intuito de obter a opinião desses em relação à implementação da SFAS 144 em 2001, que substituiu a norma SFAS 121, abordaram a questão do teste de recuperabilidade dos ativos. Os resultados da pesquisa mostraram que houve melhora no âmbito contábil com a SFAS 144 em comparação ao SFAS 121. Os entrevistados, no entanto, mostraram-se insatisfeitos com o uso do fluxo de caixa

descontado para o teste de imparidade, e muitos contestaram se os benefícios do SFAS 144 superam os custos.

Seetharaman *et al.* (2006) pesquisaram as principais características da nova contabilização acerca da imparidade e do *goodwill*, com base no FAS 141 e 142. A conclusão que chegaram foi de que a nova metodologia trazida pela norma melhorou a transparência dos dados divulgados, principalmente pela substituição da amortização do intangível pelo teste de recuperabilidade. No entanto, o público não ficou satisfeito, uma vez que permite oportunidades para que os gerentes possam manipular as avaliações.

Outra pesquisa sobre o tema foi a de Comiskey e Mulford (2010). O objetivo foi avaliar a conformidade dos testes de imparidade de *goodwill* requeridos pelo FAS 142 e IAS 36. Os autores destacaram que o teste é um desafio e, ainda, identificaram que a forma de apuração do *impairment* varia consideravelmente de empresa para empresa. Dessa forma, não há conformidade nos modelos de avaliação e nas taxas de desconto utilizadas no *impairment test*, o que limita a comparabilidade dos resultados entre as empresas.

Pesquisa semelhante realizada por Comiskey e Mulford (2010) foi a de Carlin e Finch (2011) na qual fizeram uma pesquisa com empresas da Austrália. O resultado obtido foi similar. O estudo de Carlin e Finch (2011) forneceu evidências de não conformidade na divulgação dos requisitos de imparidade do *goodwill* das empresas australianas, e os pesquisadores sugeriram deficiências nos procedimentos técnicos utilizados para avaliações de imparidade.

Segundo Queiroz (2011), no Brasil, o teste de recuperabilidade ainda é considerado novo, por isso gera insegurança por parte dos profissionais da área em relação a sua mensuração. Até a introdução da Lei nº 11.638/2007 não havia um termo específico para a aplicabilidade do *impairment*, sendo que esse termo foi introduzido por meio do Pronunciamento Técnico CPC 01.

Uma pesquisa anterior à Lei nº 11.638/2007 e ao CPC 01, realizada por Raup e Beuren (2006), identificou certa dificuldade, por parte da Contabilidade, de aferir o valor econômico dos ativos e uma carência no meio científico de publicações sobre o tema. A partir da conclusão foi proposta uma mensuração de ativos imobilizados por meio da integração do valor justo e do *impairment test*.

Borba e Zandonai (2009) realizaram uma pesquisa em artigos internacionais nos quais buscaram analisar os trabalhos de natureza empírica sobre o *impairment test*. Foram identificados 62 artigos científicos em língua inglesa sobre o tema, no entanto, destes, apenas 13 artigos foram analisados por serem caracterizados como empíricos. A conclusão que chegaram foi de que, mesmo em outros países, onde a norma sobre *impairment* já está em vigor há mais tempo, ou seja, não é nova, ainda existem poucas pesquisas empíricas sobre o assunto; foi identificado, também, que a abordagem relacionada ao *goodwill* em empresas de óleo e gás tem se destacado.

Souza, Borba, Wuerges e Lunkes (2011) pesquisaram acerca do nível de evidenciação do *impairment* das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo no período entre 2008 e 2009. Identificaram que as empresas maiores e auditadas por *Big Four* tendem a ter um maior nível de atendimento às exigências do CPC 01. Os autores concluíram, ainda, que não houve evolução significativa no nível de divulgação no ano de 2009 comparativamente ao ano de 2008 e que o nível de evidenciação de perda no valor recuperável de ativos, no Brasil, pode ser considerado deficiente.

A pesquisa realizada por Mazzioni *et al.* (2014) teve como foco a análise dos determinantes do nível de conformidade na divulgação das informações relativas à redução ao valor recuperável de ativos, nas empresas listadas na B3 nos anos de 2010 e 2011. Os autores utilizaram de análise documental para identificar e mensurar a divulgação de perda por

impairment, conforme as exigências do CPC 01 (R1). Por meio da metodologia de análise de regressão linear múltipla, os autores verificaram a significância da relação entre o índice de divulgação de perda (variável dependente) e as variáveis independentes, e concluíram que empresas auditadas por Big Four e com emissão de ADRs atenderam, de forma mais adequada, às exigências do CPC 01 (R1).

O estudo de Souza, Borba, Wuerges e Lunkes (2015) objetivou identificar a relação existente entre o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos e determinadas características das empresas de capital aberto brasileiras que reconheceram perdas em seus ativos imobilizados ou intangíveis entre o período de 2008 e 2011. Os resultados obtidos apontaram que em anos de crise econômica as empresas reconheceram mais perdas por imparidade, as variáveis “tamanho” e “empresa de auditoria” foram significativas a um nível de 5%, portanto, indicou que empresas maiores e auditadas por *big four*, em média tiveram um maior nível de evidenciação de perda. Já as variáveis “governança corporativa” e “endividamento” foram, também, significativas, mas ao nível de 10%, o que demonstrou que a *compliance*, a transparência e o grau de endividamento possuem relação com a divulgação de perda por redução ao valor recuperável de ativos.

A pesquisa de Fernandes, Gonçalves, Guerreiro e Pereira (2016) contemplou 80 entidades com títulos à negociação nos mercados de capitais regulamentados em Portugal e Espanha, portanto, aplicam as IAS adotadas pela União Europeia. O estudo deduziu um comportamento diferenciado das entidades espanholas, em termos da frequência de reconhecimento. Por meio da aplicação do modelo logit, os resultados obtidos validam a hipótese da existência de fatores explicativos para reconhecimento de imparidades. As variáveis AT (ativo total) e \ln_VN (logaritmo natural do Volume de negócios) estão associadas positivamente à probabilidade de reconhecimento de perdas por imparidade, podendo-se concluir que o fator dimensão potencia políticas de reconhecimento mais frequentes. As variáveis valor de mercado, mercado externo por país e passivo (relacionada com o fato de a entidade pertencer ou não ao PSI20/IBEX 35) estão negativamente relacionadas com a opção de reconhecimento, podendo indiciar que esses fatores de exposição são condicionantes dessa opção. Sendo assim, considera-se que os gestores pesarão as perdas por imparidade como uma sinalização negativa, tanto no mercado de capitais, quanto nos mercados geográficos onde se realizam suas atividades.

O presente estudo se diferencia dos demais por apresentar as determinantes da probabilidade de divulgação da perda por imparidade, inclusão da variável setor. A principal contribuição é entender as características que mais influenciam a divulgação dessas perdas.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa se caracteriza quanto aos objetivos como descritiva, do tipo documental e de caráter quantitativo. Segundo Vergara (2000), a pesquisa descritiva consiste em relatar características de determinada população ou fenômeno e, ainda, pode estabelecer relações entre as diversas variáveis.

A estratégia utilizada é a documental, para Martins e Theóphilo (2009) a principal característica dessa estratégia está na fonte de dados, informações e evidências que são obtidas por meio de documentos considerados como fontes primárias. Dessa forma, com o intuito de responder o problema de pesquisa e alcançar o objetivo proposto a pesquisa identificou quais empresas divulgaram perda por redução ao valor recuperável (*impairment test*). Logo, por meio do modelo Logit, verificou-se a existência de fatores explicativos para reconhecimento de

imparidades, o que caracteriza o estudo quanto à abordagem do problema como quantitativo. Pesquisas quantitativas utilizam da organização, sumarização, caracterização e interpretação dos dados numéricos coletados que são realizados por meio da aplicação de métodos e técnicas de estatística (Martins & Theóphilo, 2009).

3.2 Amostra e Coleta de dados

A amostra do estudo é composta pelas empresas do índice IBrX100 da B3 no mês de setembro de 2017, as demonstrações analisadas se referem aos anos de 2014, 2015 e 2016. Foram removidas da pesquisa 5 empresas duplicadas por possuírem ações Preferenciais e Ordinárias que integram o índice. Além disso, 16 companhias do setor financeiro por conter características específicas e outras 3 por não apresentarem todas as informações analisadas. O total de empresas analisadas foi de 76 por ano.

A escolha pelas empresas que compõem o índice IBrX 100 deu-se pelo fato de que essas empresas estão entre as cem melhores classificadas quanto ao seu índice de negociabilidade, apurados nos 12 meses anteriores à reavaliação, bem como foram negociadas em, pelo menos, 70% dos pregões ocorridos nos 12 meses anteriores à formação da carteira. Percebe-se, portanto, que as empresas selecionadas constituem aquelas mais relevantes e representativas no mercado de capitais brasileiro. A amostra para fins do estudo é caracterizada como não probabilística e intencional, composta pelas empresas do índice IBrX100 nos anos de 2014, 2015 e 2016. A escolha dos anos se deve ao fato de que algumas pesquisas semelhantes foram realizadas para o ano de 2008 por Ono, Rodrigues e Niyama (2011), e para os anos de 2010 e 2011 por Mazzioni, Politelo, Moreira e Klann (2014).

Para identificar quais empresas reconheceram perdas ou reversão de perdas no valor recuperável de ativos nos anos de 2014, 2015 e 2016 foi utilizada a análise documental, considerando-se as informações constantes nas demonstrações financeiras. Foram utilizados os termos “*impairment*”, “recuperabilidade”, “recuperável”, “recuperáveis” e “imparidade”.

Foi estimado o modelo de regressão logística (Logit), para esta pesquisa, com o intuito de verificar os fatores que influenciam na probabilidade de divulgação de perda por imparidade. Assume-se o valor 1 para a variável dependente (*div*), quando a empresa divulgou perda por redução ao valor recuperável de ativo e 0, caso contrário. As 7 variáveis independentes: tamanho (*tam*), rentabilidade (*roe*), governança corporativa (*ng*), empresa de auditoria independente (*aud*), internacionalização (*adr*), endividamento (*end*) e setor elétrico (*setel*).

3.3 Hipóteses

Com o objetivo de verificar quais características das empresas influenciam na probabilidade de divulgação das informações relativas à redução do valor recuperável de ativos com base em estudos semelhantes foram elaboradas as seguintes hipóteses: tamanho da empresa; rentabilidade; empresa de auditoria independente; governança corporativa, internacionalização, endividamento e setor elétrico

A auditoria pode influenciar a qualidade do *disclosure* das empresas e, entende-se que os auditores de *Big Four*, exigem, de maneira mais contundente, a adequação das informações divulgadas às normas contábeis (Archambault & Archambault, 2003; Frost, Gordon, Pownall, 2008). *Big Four* são quatro maiores empresas de auditoria independente, sendo elas a PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young.

Palmer (2008) concluiu em sua pesquisa que organizações auditadas por grandes empresas de auditoria apresentaram melhor qualidade quanto ao atendimento às exigências de

divulgação da norma da Austrália que determina o disclosure dos impactos da adoção inicial das normas contábeis australianas convergidas com as IFRS. Frost, Gordon e Pownall (2008) apontaram que auditores de uma Big Four são mais exigentes no que compete à adequabilidade das informações divulgadas com as normas de contabilidade pertinentes e, sendo assim, o disclosure praticado por firmas auditadas por uma das Big Four tende a ser melhor

H1: Empresas auditadas pelas *Big Four* influenciam positivamente a divulgação de perda por *impairment*.

A literatura estabelece relação teórica entre a governança corporativa das empresas e a qualidade de suas informações contábeis (Antunes & Mendonça, 2008). A governança estabelece alguns pilares e, entre eles estão a transparência e a obediência às leis do país (Lanzana, 2004, Souza, Borba, Wuerger & Lunkes, 2011). Segundo Ribeiro (2007), a sobrevivência a longo prazo da entidade implica na busca do lucro e de bons resultados financeiros, no entanto, depende, também, da consolidação de relacionamentos com os investidores e com a comunidade.

A BOVESPA possui níveis diferenciados de governança corporativa, empresas aderentes ao nível Novo Mercado apresentam padrões superiores de governança corporativa.

H2: Empresas listadas no Novo Mercado influenciam positivamente a divulgação das informações relativas à redução do valor recuperável de ativos.

La Porta, Lopes-De-Silanes, Shleifer, Vishny (1997) chegaram a conclusão de que o ambiente legal contribui para a extensão do mercado de capitais, uma vez que um bom ambiente jurídico protege os potenciais financiadores contra possíveis expropriações por parte dos administradores. Sendo assim, defendem que um bom ambiente legal incentiva os investidores a entregar seus recursos em troca de títulos da empresa, ampliando, portanto, a extensão do mercado de capitais de países com esta força jurídica. De acordo com Souza (2011) os Estados Unidos (EUA) possuem normas mais rígidas de governança corporativa que são suportadas pela Lei Sarbanes-Oxley. Além disso, no país as normas sobre *impairment test* de ativos de longa duração já eram obrigatórias antes da normatização ocorrida no Brasil.

H3: Empresas que possuem títulos e valores mobiliários negociados na bolsa de Nova Iorque (NYSE) influenciam positivamente a divulgação das informações relativas à redução do valor recuperável de ativos.

O estudo de Jahmani, Dowling e Torres (2010), nos Estados Unidos, investigou se os gestores selecionam o tempo de reconhecimento de perdas no valor recuperável do *goodwill*. Os autores chegaram a conclusão de que as empresas com Rentabilidade do Ativo abaixo de 2% por três anos consecutivos tendem a adiar o reconhecimento de perdas no valor recuperável do *goodwill*. Sendo assim, a pesquisa de Jahmani, Dowling e Torres (2010) sugere que a rentabilidade é uma variável importante no que tange as perdas no valor recuperável. Empresas com maior qualidade e desempenho possuem incentivos para serem mais transparentes, por isso, espera-se uma relação positiva entre as variáveis de nível de rentabilidade e desempenho no mercado com o nível de evidenciação contábil (Arkelof, 1970).

H4: Empresas com nível maior de rentabilidade influenciam positivamente a divulgação da redução ao valor recuperável de ativos do que empresas com menor nível de rentabilidade.

Jensen e Meckling (1976) trazem a ideia de que gestores cujas empresas possuem elevados níveis de endividamento tendem a divulgar maior número de informações para satisfazer seus credores. Lanzana (2004) corrobora com essa posição ao identificar que entidades com maior endividamento tendem a demonstrar mais transparência em suas divulgações.

H5: Empresas com maiores níveis de endividamento influenciam positivamente a divulgação do *impairment* do que empresas com menor nível de endividamento.

Palmer (2008) utilizou a variável tamanho em sua pesquisa, essa se mostrou significativa para explicar a qualidade de evidenciação das empresas analisadas. Embong, Mohd-Saleh e Hassan (2012) apontaram em seu estudo que empresas de maior tamanho possuem maiores benefícios com a divulgação, comparadas as pequenas, uma vez que as empresas maiores podem obter um menor custo de capital.

Além disso, empresas de maior porte possuem um setor de contabilidade mais estruturado (Depoers, 2000), e, geralmente, mais recursos para investir na capacitação continuada de seus funcionários, sendo mais visíveis perante a sociedade.

H6: As grandes empresas influenciam positivamente a evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos do que as empresas menores.

Já em relação a setores diferentes de atuação, Murcia e Santos (2009) identificaram que as entidades de utilidade pública, bem como estatais, são mais transparentes. No estudo foi encontrada relação positiva entre o nível de evidenciação e as variáveis de origem de controle e setor de atuação, uma vez que essas variáveis estão relacionadas à regulamentação específica e, às exigências de órgãos reguladores. O setor elétrico está contido à entidades de utilidade pública sendo bastante regulado sendo assim, foi formulada a seguinte hipótese:

H7: Empresas do setor elétrico influenciam positivamente a divulgação das informações relativas à redução do valor recuperável de ativos.

Portanto, seguem as variáveis independentes, suas *proxies* e respectivas relações esperadas no Quadro 2.

Figura 2: Variáveis do modelo

Variáveis	Nome	Proxy	Relação Esperada
DIVULG	Divulgação de perda por <i>impairment</i> de ativos	1 = empresa divulgou perda por <i>impairment</i> ; 0 = caso contrário	Não se Aplica
AUD	Empresas de auditoria independente	1=Big Four; 0 = Outros	+
NG	Nível de governança corporativa	1 = Novo Mercado; 0 = Outros	+
SETEL	Setor elétrico de atuação	1 = Elétrico; 0 = Outros	+
ROE	Nível de rentabilidade - Retorno sobre Patrimônio Líquido	Lucro líquido / PL médio	+
TAM	Tamanho	ln (Ativo Total)	+
END	Nível de endividamento	Passivo Total / Ativo Total	+
ADR	Internacionalização (ADRs)	1= Ações negociadas na NYSE; 0 = não possui ações na NYSE	+

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Para verificar quais variáveis são estatisticamente relevantes, foi especificado um modelo Logit *Pooled* estimado por Máxima Verossimilhança (Wooldridge, 2010), no qual a variável dependente é dicotômica, e terá valor 1 para as empresas que divulgaram perda por *impairment* e 0, caso contrário. Essa técnica estatística possibilita a estimação da probabilidade de ocorrência de um, evento e a identificação das variáveis explicativas que contribuem para sua predição. Portanto o modelo aplicado a esta pesquisa é definido pela Equação 1:

$$\ln\left(\frac{P(Y=1)}{P(Y=0)}\right) = \beta_0 + \beta_1TAM_i + \beta_2ROE_i + \beta_3END_i + \beta_4NG_i + \beta_5SETEL_i + \beta_6ADR_i + \beta_7AUD_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que *ln* é o logaritmo natural;

$P(Y=1)$ = probabilidade de a empresa divulgar perda por *impairment*;

$P(Y=0)$ = probabilidade de a empresa não divulgar perda por *impairment*;
 TAM = tamanho da empresa;
 ROE = retorno sobre patrimônio líquido;
 END = nível de endividamento;
 NG = nível de governança corporativa, sendo 1 para empresas listadas no novo mercado e 0, caso contrário;
 SETEL = setor de atividade, sendo 1 para empresas do setor elétrico e 0, caso contrário;
 ADR = ações negociadas na NYSE, assumindo 1 caso afirmativo e 0, caso contrário;
 AUD = empresa auditoria externa, assumindo 1 para Big4 e 0, caso contrário;
 ε = termo de erro do modelo.

O processamento dos dados estatísticos foi realizado por meio do *software* STATA®, sendo que o nível de significância estatístico adotado pelo presente estudo foi de 5%.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Para alcançar o objetivo da pesquisa verificou-se as demonstrações contábeis de 2014, 2015 e 2016 das empresas que integram o índice IBrX100 listadas na B3. Foram identificadas 27, 17 e 19 empresas que manifestaram a realização do *impairment test* nos anos de 2016, 2015 e 2014 respectivamente.

Foi estimado modelo de regressão logística que evidenciou a significância estatística das variáveis explicativas, conforme Tabela 1. A estatística z, teste individual de significância dos parâmetros do modelo, para as variáveis tamanho (TAM), endividamento (END) e setor elétrico (SETEL) apresentaram valor-p inferior a 5%, sendo assim, a hipótese nula é rejeitada e esses parâmetros são estatisticamente significativos. Entretanto, as variáveis auditoria (AUD), ações negociadas na NYSE (ADR), rentabilidade (ROE) e nível de governança corporativa (NG), não foram consideradas estatisticamente significativas para explicar a probabilidade de divulgação de perda por redução ao valor recuperável de ativo.

Tabela 1: Estimação do modelo de regressão logística

Variável	Coefficiente	Valor-p	Efeito Marginal
Tamanho	0.5571697	0.011	0.1020269
ROE	-0.4785633	0.256	-0.0876328
Endiv	-1.855034	0.038	-0.3396873
NG	-0.2267133	0.549	-0.0421431
SETEL	0.9497826	0.016	0.1967196
ADR	0.467122	0.332	0.0902359
AUD	1.274356	0.117	0.1694688
Constante	-10.49249	0.005	
Pseudo R²			17.05%
Probabilidade média de divulgação de <i>impairment</i>			24.14%

Fonte: Resultados da pesquisa.

No modelo Logit, os betas (β_i – coeficientes) não possuem uma análise direta como no modelo de regressão linear múltipla, logo, o que se deve utilizar para análise é o efeito marginal. Portanto, utiliza-se a derivada da variável dependente em relação à variável explicativa, ou seja, o efeito marginal é o cálculo da variação da probabilidade (Greene, 2008; Wooldridge, 2010).

O Efeito Marginal também está evidenciado na Tabela 1. A relação encontrada entre a variável tamanho (TAM) e a probabilidade de divulgação de perda apresentada pelo modelo foi positiva. Sendo assim, confirma-se a hipótese que organizações de maior porte possuem um

maior nível de adequação às exigências de divulgação da perda no valor recuperável de ativos do que empresas menores, uma explicação possível é por possuírem maior estrutura econômica e financeira e um departamento de contabilidade mais estruturado, conforme apontado por Depoers (2000). Outra confirmação foi a hipótese 7, encontrou-se relação positiva entre a variável setor elétrico (SETEL) e a probabilidade de divulgação de perda por imparidade. Isso pode ser explicado porque empresas de utilidade pública, bem como estatais, são mais transparentes, uma vez que estão relacionadas à regulamentação específica dessas empresas e às exigências de órgão regulador (Murcia & Santos, 2010).

A associação esperada entre a variável endividamento (END) e a probabilidade de divulgação de perda ao valor recuperável era positiva, conforme a Hipótese 5, entretanto, a determinação encontrada no modelo estimado foi negativa. Dessa forma, para a amostra analisada, empresas com maiores índices de endividamento tendem a apresentar menor probabilidade de divulgação de perda por *impairment* de ativos. Uma possível explicação pode ser que empresas endividadas tendem a não reportarem reduções de seus ativos por causa da pressão dos credores. A constante (β_0) também foi estatisticamente significativa, e representa o valor do *log* natural da razão de chances quando as variáveis explicativas forem iguais a zero. Já a probabilidade média de divulgação da perda ao valor recuperável de ativos do modelo estimado foi de 24,14%.

Também foram realizados testes de validação do modelo. Quanto à qualidade no modelo Logit, segundo Verbeek (2004), a precisão pode ser avaliada de duas formas: em termos do ajuste entre as probabilidades calculadas e as frequências observadas; e em termos da capacidade preditiva do modelo. Um método utilizado para avaliar a qualidade do ajuste foi a comparação das previsões corretas e incorretas. Adotou-se o procedimento sugerido por Verbeek (2004), o autor considera as proporções de previsões corretas nas duas subamostras com o critério de corte na tabela de expectativa de predição. Sendo assim, no presente estudo o corte adequado foi de 0,28. De acordo com a Tabela 2, o modelo ajustado apresentou 70,61% de classificação correta das empresas que divulgaram perda por redução ao valor recuperável de ativos. Das empresas que divulgaram, com o ponto de corte de 0,28, o modelo estimado teve um nível de acerto de 71,43%, já das empresas que não divulgaram perdas, o modelo apresentou 70,30% de classificação correta. De maneira geral, o modelo apresentou ajuste razoável em termos de tabela de expectativa de predição.

Tabela 2: Classificação do Modelo Logit estimado, considerando o Ponto de Corte de 0, 28

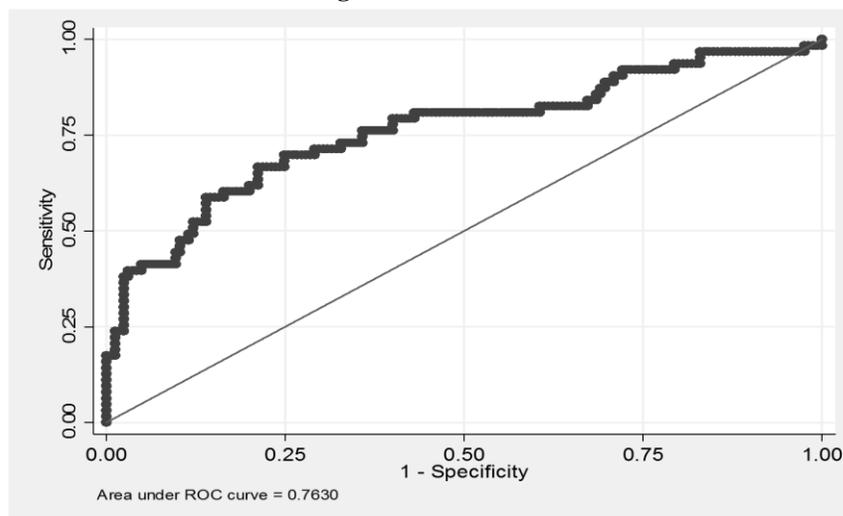
Situação da empresa	Classificação da empresa pelo Modelo		Percentual Parcial Classificação Correta do Modelo
	Divulgou	Não Divulgou	
Divulgou	45	49	45 / 63 = 71,43%
Não Divulgou	18	116	116 / 165 = 70,30
Percentual total de classificação correta do modelo			(45+116) / 228 = 70,61%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Outro método para validação do modelo Logit foi a curva ROC (Receiver Operating Characteristic), que relaciona a sensibilidade versus a especificidade do modelo estimado. Um modelo sem poder preditivo obteria como resultado a curva ROC como uma linha de 45 graus. Sendo assim, quanto maior o poder preditivo do modelo, maior a concavidade da curva, e a área sob a curva é utilizada como medida de capacidade preditiva do modelo. Pela Figura 3 pode-se

notar que o modelo estimado para as empresas apresentou razoável capacidade preditiva, com área sob a curva de 0,7630.

Figura 3: Curva ROC



Fonte: Resultados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo verificar os fatores, características das empresas, que influenciam na probabilidade de divulgação (*disclosure*) da redução ao valor recuperável de ativos. A análise foi efetuada nas empresas brasileiras de capital aberto que compõem o índice IBrX100 entre os anos de 2014, 2015 e 2016.

Um dos resultados obtidos pelo modelo Logit foi a relação positiva entre a variável tamanho (TAM) e a probabilidade de divulgação de perda, sendo assim, confirma a Hipótese 6 de que empresas maiores tendem a ser mais transparentes. A Hipótese 7 de que empresas do setor elétrico, por estarem sujeitas a maior regulação, tendem a divulgar as informações relativas à redução do valor recuperável de ativos em relação às demais também foi confirmada pela influência positiva encontrada entre a variável setor elétrico (SETEL) e a probabilidade de divulgação de perda por *impairment*.

Outro resultado foi a relação entre a variável endividamento (*END*) e a probabilidade de divulgação de perda por imparidade que se mostrou negativa no modelo, o que contraria a relação esperada. Portanto, para a amostra analisada, empresas mais endividadas tendem a apresentar menor probabilidade de perda por *impairment* de ativos. Por fim, a probabilidade média de as empresas divulgarem perda ao valor recuperável de ativos do modelo estimado foi de 24,14%.

Limitações foram identificadas na pesquisa, como a falta de disponibilidade de informações necessárias de algumas firmas, utilizar apenas empresas que constituem o índice do IBrX100. Futuras pesquisas podem analisar as empresas brasileiras de capital aberto da Bovespa, estudar um período maior e, ainda, avaliar se as empresas evoluem na evidenciação das perdas ao valor recuperável de ativos de acordo com as métricas apresentadas, embasadas no CPC 01 (R1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, G. A., & Mendonça, M. M. de. (2008). Impacto da adesão aos níveis de governança da Bovespa na qualidade da informação contábil: uma investigação acerca da oportunidade,

- relevância e do conservadorismo contábil utilizando dados em painel. In: CONGRESSO ANPCONT, 2. Salvador. Anais... Salvador: AnpCONT.
- Aquino, W. & Santana, A.C. (1992). Evidenciação. Caderno de Estudos, 5:1-58.
- Archambault, J. J., & Archambault, M. E. (2003). A multinational test of determinants of corporate disclosure. *The International Journal of Accounting*, 38(2), 173-194. Recuperado em 24 agosto, 2017, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0020706303000219>.
- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.). (2017). Empresas listadas. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.bmfbovespa.com.br>.
- Borba, J.A. & Zandonai, F. (2009). O que dizem os achados das pesquisas empíricas sobre o teste de impairment: Uma análise dos Journals em Língua Inglesa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(1): 24-34. Recuperado em 10 agosto, 2017, de <https://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/59>.
- Brasil. (2007). Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 [...]. Recuperado em 30 junho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm.
- Brasil. (2009). Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários [...]. Recuperado em 03 julho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm.
- Bushman, R., Piotroski, J., Smith, A. (2003). What determines corporate transparency? Social Science Research Network. Recuperado em 24 junho, 2017, de www.ssrn.com.
- Carlin, T.M., Finch, N. (2011). Goodwill impairment testing under IFRS: a false impossible shore? *Pacific Accounting Review*, 23(2):368-392. Recuperado em 19 outubro, 2017, de <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/01140581111185544>.
- Comiskey, E.E., Mulford, C.W. (2010). Goodwill, triggering events, and impairment accounting. *Managerial Finance*, 36(9):746-767. Recuperado em 16 setembro, 2017, de <http://dx.doi.org/10.1108/03074351011064636>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (R1). Recuperado em 15 junho, 2017, de <http://www.epc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>.
- Depoers, F. (2000). A cost benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies. *European Accounting Review*, 9, 245-263. Recuperado em 20 outubro, 2017, de DOI: 10.1080/09638180050129891
- Dye, R. A. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, Burlington, v. 32, p. 181–235. Recuperado em 20 junho, 2017, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410101000246>.
- Embong; Z., Mohd-Saleh, N., & Hassan, M. S. (2012) Firm size, disclosure and cost of equity capital. *Asian Review of Accounting*, 20 (2), 119- 139. Recuperado em 21 outubro, 2017, de DOI: 10.1108/13217341211242178.
- Fernandes, J. A., Gonçalves, C., Guerreiro, C., & Pereira, L. N. (2016). Perdas por imparidade: fatores explicativos e impactos. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 18(60). Recuperado em 19 fevereiro, 2018, de <http://www.redalyc.org/html/947/94746409008/>.
- Financial Accounting Standards Board (FASB). (2001). Statements of Financial Accounting Standards (SFAS) n. 142. *Goodwill and other intangible assets*. Connecticut. Recuperado em 02 agosto, 2017, de <http://www.fasb.org/resources/ccurl/731/820/fas142.pdf>.

- Frost, C.A.; Gordon, E.A.; Pownall, G. (2008). Financial reporting and disclosure quality, and emerging market companies' access to capital in global markets. Social Science Research Network. Recuperado em 19 novembro, 2017, de http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=802824.
- Gibbins, M., Richardson, A., Waterhouse, J. (1990). The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies and process. *Journal of Accounting Research*, v. 28, p. 121-143, 1990. Recuperado em 09 dezembro, 2017, de <http://www.jstor.org/stable/2491219>.
- Greene, W. (2008). *Econometrics Analysis*. 6ª ed. New Jersey: Prentice Hall.
- Hendriksen, E. S., Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- International Accounting Standards Board (IASB). (2005). *International Accounting Standards (IAS). Impairment of Assets*, n. 36. London, IASB, 30 p. Recuperado em 20 junho, 2017, de <https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias36>.
- Iudícibus, S. (1997). *Teoria da contabilidade*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. (2010). *Teoria da contabilidade*. 10ª ed., São Paulo, Atlas, 346.
- Jahmani, Y., Dowling, W. A., & Torres, P. D. (2010). Goodwill impairment: a new window for earnings management. *Journal of Business & Economics Research*, v. 8,(2).
- Lanzana, A. P. (2004). *Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 161 p. Recuperado em 08 novembro, 2017, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022005-094807/pt-br.php>.
- La Porta, R.; Lopes-De-Silanes, F.; Shleifer, A.; Vishny, R.W. (1997). Legal determinant s of external fi nance. *The Journal of Finance*, 52(3):1131-1150. Recuperado em 29 setembro, 2017, de <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-6261.1997.tb02727.x>
- Lopes, A. B., Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo, Atlas, 181 p.
- Magalhães, F.A.S., Santos, R.C., Costa, F.M. (2010). IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos. In: *Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras*. 2ª ed., São Paulo, Atlas, p. 347-356.
- Martins, G. A., Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo, Atlas, 264 p.
- Mazzioni, S., Politelto, L., Moreira, W. J., & Klann, R. C. (2014). Fatores determinantes na evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos (impairment test) em empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, Rio Grande do Sul*, 11(4), 276-291. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.redalyc.org/html/3372/337232942002/>.
- Most, K. S. (1977). *Accounting theory*. Columbus, Grid, 385 p.
- Murcia, F. D. R., & dos Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(2), 72-95. Recuperado em 31 agosto, 2017, de <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/68>
- Ono, H., Rodrigues, J., & Niyama, J. (2011). Disclosure Sobre Impairment: uma análise comparativa das Companhias Abertas brasileiras em 2008. *Revista de Contabilidade do Mestrado Em Ciências Contábeis da UERJ*, 15(1). Recuperado em 20 outubro, 2017, de <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewArticle/889>.

- Palmer, P. D. (2008). Disclosure of the impacts of adopting Australian equivalents of International Financial Reporting Standards. *Accounting and Finance*, 48, 847-870. Recuperado em 21 outubro, 2017, de DOI: 10.1111/j.1467-629X.2008.00262.x.
- Queiroz, M. A. M. (2011). A divulgação da perda por impairment nas empresas brasileiras de capital aberto. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 160 p. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://tede.fecap.br:8080/jspui/handle/tede/482>.
- Raupp, F.M., Beuren, I.M. (2006). Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do impairment test. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, VI, São Paulo, 2006. Anais... São Paulo, FEA/USP, p. 1-16.
- Reinstein, A., Lander, G. H. (2004). Implementing the impairment of assets requirements of SFAS No. 144. *Managerial Auditing Journal*, 19(3):400-411. Recuperado em 16 novembro, 2017, de <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/02686900410524409>.
- Roonen, J.; Yaari, V. (2002). Incentives for voluntary disclosure. *Journal of Financial Markets*, Burlington, v. 5, n. 3, p. 349-390. Recuperado em 11 agosto, 2017, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1386418101000349>.
- Seetharaman, A., Sreenivasan, J., Sudha, R.; Yee, T. Y. (2006). Managing impairment of goodwill. *Managerial Auditing Journal*, 7(3):338-353. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/14691930610681447>.
- Souza, M. M., Borba, J. A., Alberton, L. (2009). Divulgação da perda por impairment em empresas auditadas pelas Big Four. *Revista Pensar Contábil*, 11(46):12-19. Recuperado em 30 junho, 2017, de <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/366>.
- Souza, M. M. de., Borba, J.A., Wuerges, A.F.E., Lunkes, R.J. (2011). Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, XI, São Paulo, 2011. Anais... São Paulo, FEA/USP, p. 1-17.
- Souza, M. M. (2011). Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado em 22 janeiro, 2018, de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95712>.
- Souza, M. M, Borba, J. A., Wuerges, A. F. E., & Lunkes, R. J. (2015). Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 11(2). Recuperado em 20 fevereiro, 2018, de <http://www.redalyc.org/html/1170/117041068002/>.
- Stickney, C. P.; Weil, R. L. (2001). *Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos*. São Paulo: Atlas.
- Verbeek, M. (2004). *A guide to modern econometrics*. 2ed. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.
- Vergara, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, Burlington, v. 32, p. 97-180.
- Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric analysis: cross section and panel data*. 2 ed. Cambridge. MA: The MIT Press.